



Soluções Financeiras

CNPJ: 11.760.553-0001-69

Rod. PR. 082 Km 01 - Sala B - Douradina - PR - 87.485-000 - TEL.: 08000 644-3636

Ativo	Nota	31/12/2014	31/12/2013	Passivo	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	83	2.569	Recursos de acções cambiais	9	987	-
Títulos e valores mobiliários	4	708	-	Juros sobre capital próprio	10	2.021	1.271
Operações de crédito	5	35.356	19.041	Tributos e contribuições a recolher	6	570	99
Outros créditos		1	1	Provisão para litígios	8	13	-
Total ativo circulante		36.148	21.611	Obrigações sociais e trabalhistas	8	99	107
				Outras contas a pagar		24	-
Não circulante				Total passivo circulante		3.714	1.571
Operações de crédito	5	6.064	5.951	Não Circulante			
Créditos tributários diferidos	9	482	-	Recursos de acções cambiais	9	16.651	8.144
Imobilizado em uso		23	23	Total Passivo não circulante		16.651	8.144
Intangível		22	22	Patrimônio líquido	14		
Total ativo não circulante		6.591	5.996	Capital social		9.800	9.800
				Reserva de lucros		12.574	8.092
Total do ativo		42.739	27.607	Total patrimônio líquido		22.374	17.892
				Total do passivo e patrimônio líquido		42.739	27.607

Descrição	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	a distribuir		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.800	328	6.233	2.345	16.306
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.345	2.345
Destinações:					
Juros sobre Capital próprio	-	-	-	(814)	(814)
Reserva de lucros a distribuir	-	117	1.414	(1.171)	-
Reserva legal	-	445	7.647	-	17.892
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.800	445	7.647	-	17.892
Lucro do semestre	-	-	-	5.372	5.372
Destinações:					
Juros sobre Capital próprio	-	-	-	(890)	(890)
Reserva de lucros a distribuir	-	269	4.213	(4.213)	-
Reserva legal	-	369	11.860	(269)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.800	714	11.860	-	22.374
Lucro do semestre	-	-	-	4.116	4.116
Destinações:					
Juros sobre Capital próprio	-	-	-	(667)	(667)
Reserva de lucros a distribuir	-	258	3.191	(3.191)	-
Reserva legal	-	258	11.860	(258)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.800	714	11.860	-	22.374

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Recetas de intermediação financeira	Nota	2º semestre	2014	31/12/2014	31/12/2013
Operações de crédito		7.980	12.398	5.164	-
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		8	9	25	-
Despesas de intermediação financeira		7.988	12.407	5.189	
Operações de captação no mercado		(880)	(1.411)	(396)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		373	(640)	(171)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		(507)	(2.051)	(567)	-
Recursos (despesas) operacionais		7.481	10.356	4.622	-
Despesas de prestação de serviços	10	94	222	397	-
Despesas de pessoal	11	(428)	(824)	(749)	-
Despesas administrativas	12	(478)	(817)	(658)	-
Despesas tributárias		(339)	(530)	(253)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		65	(239)	41	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(1.087)	(2.188)	(1.183)	
Imposto de renda e contribuição social	9	634	818	3.439	-
Correções		(2.130)	(3.278)	(1.094)	-
Diferenças		(148)	482	-	-
Lucro líquido do exercício		4.116	5.372	2.345	
Lucro líquido por ação - em reais - R\$		0,42	0,55	0,24	-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	2014	30/06/2014	30/06/2013
Lucro líquido do semestre	4.116	5.372	2.345
Ajustes ao lucro líquido			
Depreciação e amortização	7	15	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos	148	(482)	-
Provisão para litígios	(3)	13	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	372	960	171
Variações de ativos e obrigações	4.640	5.878	2.531
Aumento/(Redução) das contas de ativo	(11.802)	(17.388)	(5.382)
Operações de crédito	190	(70)	44
Títulos e valores mobiliários	13	-	(1)
Outros créditos	-	-	-
(Aumento/Redução) das contas de passivo	17	(8)	(6)
Obrigações com Pessoal	190	331	(191)
Obrigações fiscais e previdenciárias	440	(70)	44
Outras contas a pagar	(10.579)	(17.843)	(5.536)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(5.939)	(11.965)	(3.005)
Atividades de investimento			
Aquisições de intangível	-	(10)	(8)
Aquisições de imobilizado	-	960	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(15)	(10)
Juros sobre capital próprio	-	-	-
Recursos de acções cambiais	5.842	9.494	4.692
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	5.842	9.494	4.692
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(97)	(2.486)	1.677
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	180	2.569	892
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	83	83	2.569
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(97)	(2.486)	1.677

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Gazincred" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada à Rodovia PR 082 - KM 01 em Douradina - Paraná, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), início suas atividades em 25 de março de 2010, através da autorização para funcionamento concedido pelo Banco Central do Brasil - BACEN, publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de março de 2010.
A Sociedade tem por objeto a realização de operações de financiamentos para a aquisição de bens e serviços, financiamento de capital de giro, captação de recursos e outras operações permitidas às entidades similares.
2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas, as provisões para contingências, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de

imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.
A administração da Sociedade autoriza a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 18 de abril de 2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são:
a) Apreciação do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata para as de natureza financeira.
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.
c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:
- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.
Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "Títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição sob o método dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. São classificados no ativo circulante independente do prazo de vencimento. As operações com instrumentos financeiros derivativos não são consideradas como "hedge accounting" e são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período.
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Sociedade não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

d) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 08.299 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando o então são basculadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.
As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As operações de crédito de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.
e) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido.
Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.
f) Imposto de renda e contribuição social (CSLL) e contribuição social (CSLL)
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, e a contribuição social pela alíquota de 15%.
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídos e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.
g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde está sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos ou impostos e contribuições. O montante devido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
h) Resultado por ação
A empresa efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, segundo o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por ação.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o títulos e valores mobiliários estavam assim representados:

Aplicações interfinanceiras de liquidez	31/12/14	31/12/13
Total	708	-

As aplicações financeiras são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento diário de 10% do CDI efetivados junto ao banco HSBC, com resgate em até 90 dias.

5. Operações de crédito

a) Composição das operações de crédito	31/12/14	31/12/13
Operações de crédito	31/12/14	31/12/13
Desconto	5.700	9.287
Consignado	5.493	5.069
Créditos Direto ao Consumidor (CDC)	26.443	8.828
Empréstimo Pessoal	22	24
Empréstimo Pessoal Previdência Social	3.552	94
Capital de Giro	1.076	2.010
Total das operações de crédito	42.286	25.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(866)	(226)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(866)	(226)
Carto Prazo	35.356	24.992
Longo Prazo	54	5.951

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	31/12/14	31/12/13
Indústria	4.903	5.009
Comércio	1.272	5.926
Pessoas físicas	35.214	13.564
Serviços	897	719
Total	42.286	25.218

c) Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

Níveis	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Valor Total	Provisão
A	0,5	36.235	-	36.235	(181)
B	1	-	2.818	2.818	(28)
C	3	-	1.527	1.527	(46)
D	10	-	811	811	(81)
E	30	-	396	396	(119)
F	50	-	143	143	(72)
G	70	-	56	56	(39)
H	100	-	200	200	(300)
Total	100	36.235	6.051	42.286	(866)

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação no exercício

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(226)	(55)
Constituição	(1.975)	(1.171)
Reversão	969	96
Reversão	96	-
Reversão de créditos contra prejuízo	96	-
Saldo final	(866)	(226)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir a provisão de perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

6. Tributos e contribuições a recolher

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	442	39
Imposto de renda a pagar s/capital	33	32
Imposto sobre operações financeiras - IOF	22	6
Outros	72	23
Total	570	99

7. Contingências ativas, passivas e obrigações legais

a) Ativos contingentes
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.
b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais
b.1) Provisões trabalhistas
Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável e provisionado integralmente e acessível de imediato, conforme aplicável.
Não existem processos classificados pela Administração como passivos contingentes trabalhistas.
b.2) Provisões civis
São compostas, principalmente, por processos civis relacionados às operações de Consignado. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.
A Sociedade possui 3 processos classificados pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como passivos contingentes com probabilidade de perda provável, no montante de R\$13 (zero em 31/12/2013).
c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existem processos classificados pela Administração como passivos contingentes com perdas possíveis.
8. Imposto de renda e contribuição social
a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social
31/12/2014
31/12/2013
Resultado Antes do IRPJ e CSLL
IRPJ CSLL IRPJ CSLL
Alíquota 25% 15% 25% 15%
Tributo (2.042) (1.225) (860) (516)
Efeito sobre diferenças permanentes: Doações, brindes e bonificações
Dedutibilidade JCP
Outras diferenças permanentes
Imposto de renda e contribuição social (1.741) (1.955) (685) (408)
Imposto de renda e contribuição social corrente
Imposto de renda e contribuição social diferidos
b) Créditos tributários
Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Em 31 de dezembro de 2014, a administração revisou a expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos e registrou os montantes.
Descrição Saldo 31/12/2013 Constituições Realizações Saldo 31/12/2014
Diferenças temporárias
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - 626 (147) 479
Provisão para litígios - 4 (1) 3
Total - 630 (148) 482

continuação

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias. A realização dos créditos tributários constituídos em 31 de dezembro de 2014 está estimada da seguinte forma:

	Diferenças temporárias	
	Imposto de renda	Contribuição social
2015	5.421	8.144
2016	96	58
Total	5.517	8.202

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

9. Recursos de aceites cambiais

	31/12/2014	31/12/2013
De terceiros	12.217	8.144
De partes relacionadas (nota 13)	17.638	8.144
Total	29.855	16.288

Circulante
 Não circulante
 Os recursos cambiais referem-se a títulos de letra de câmbio (L.C. Gazin Cred), cuja remuneração é de 100% a 110% do CDI e cujos vencimentos são de 2015 a 2017.

10. Receita de prestação de serviços

	31/12/2014	31/12/2013
Tarifas sobre operações de crédito	213	355
Rendias de comissão s/seguros	9	42
Total	222	397

11. Despesas de pessoal

	31/12/2014	31/12/2013
Salários e ordenados	447	420
INSS e FGTS	137	128
Férias e 13º salário	76	83
Assistência médica	17	17
Alimentação	107	89
Outras	40	12
Total	824	749

12. Despesas administrativas

	31/12/2014	31/12/2013
Despesas de processamento de dados	300	262
Despesas catalográficas	6	6
Despesas de comunicação	69	39
Despesas de publicações	21	4
Despesas do serviço financeiro	183	128
Despesas com serviços técnicos especializados	61	58
Despesas de propaganda e publicidade	39	8
Despesas de viagens no País	1	4
Despesas com depreciação e amortização	15	14
Despesas com taxas de registro	40	52
Despesas com contenciosos	18	-
Participação dos empregados no resultado	32	37
Outras despesas administrativas	32	7
Total	817	619

13. Transações com partes relacionadas

	Passivo		Resultado	
	Saldos a pagar	Despesas	31/12/2014	31/12/2013
Adm. De Bens Gazin Ltda.	5.345	-	492	-
Acionistas	6.872	-	531	-
	12.217	-	1.023	-

b) Remuneração da Administração
 Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 167 mil (2013 - R\$ 174). A Sociedade concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social
 O capital social é representado por 9.800.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00 cada.
 b) Reserva legal
 É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
 c) Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social determina que a distribuição de um dividendo será determinada pelos acionistas da Sociedade no encerramento do exercício. Os acionistas aprovaram por unanimidade distribuir dividendo na forma de juros sobre capital próprio de menos de 25% do lucro após a reserva legal, conforme art. 202 da Lei 6.404/76. Assim, o valor provisionado a título de dividendos no exercício de 2014 é de R\$ 890 mil a pagar a título de juros sobre capital próprio (R\$ 814 mil em 31 de dezembro de 2013), sendo o benefício tributário de R\$356 (2013 - R\$171).

15. Limites operacionais
 A Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

	Exigência (limite)	Situação	Margem
PL exigido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos - passivos e contas de compensação			
- Res. nº 2.099/94 (*)	7.000	18.925	11.925
- Resolução nº 2.283/96 (*)	3.500	9.463	5.963
- Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	18.925	11.925
- Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	9.800	2.800

16. Processos de gestão, controles internos, gerenciamento de riscos e ouvidoria
 a) Processo de gestão
 Os controles são realizados conforme manual de controle interno.

b) Controles internos
 A Sociedade vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, tomando acessíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis e que eles são compatíveis com o tamanho e complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização. A Sociedade conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevante e obrigatórios. Além disso, a área realiza diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro.

c) Gerenciamento de riscos
 No gerenciamento dos riscos de mercado, de liquidez, operacional, de crédito e na gestão de capital, estamos acompanhando e monitorando com a frequência necessária à segurança das operações e informações de crédito. Apesar de aperfeiçoamento e investimentos complementares, acreditamos que são suficientes no porte da Sociedade e que são compatíveis com o tamanho e complexidade dos produtos e serviços oferecidos. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da Gazincred é composta pelo Gestor de Riscos, pelo Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos, pelo Comitê de Riscos e pelo Diretor responsável por gestão de riscos, caracterizados-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos.

c.1) Índice de Basileia
 Em 31 de dezembro de 2014 o índice de Basileia foi de 66,07% (67,96% em 2013), portanto, com folga suficiente para suportar o crescimento institucional. Não há previsão de impactos, exceto residuais, sobre a Sociedade, em razão da edição do arcabouço legal trazido pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil e que implantou as diretrizes de Basileia III, no País.

c.2) Gerenciamento de risco de liquidez - Resolução nº 2.804/00
 A Gazincred possui análises econômico-financeiras com vistas a avaliar o impacto dos diferentes cenários sobre a liquidez da Sociedade. As análises efetuadas, seus critérios, parâmetros e resultados obtidos são documentados. A análise do caixa projetado contempla não somente o curto prazo, mas estende-se para um horizonte de 5 (cinco) anos. Atualmente se encontra em implantação um sistema automatizado que possibilitará aprofundamento de análise do citado risco, acelerando, especialmente, o processo a obtenção do fluxo de informações.

c.3) Gerenciamento de risco de crédito - Resolução nº 3.721/09
 Para possibilitar o gerenciamento do risco de crédito, além de políticas de crédito (por produto) e normativos internos que dão direcionamento quanto à gestão do crédito, a Gazincred possui um módulo sistêmico que permite avaliar mensalmente os ratings dos clientes, individualmente e do conjunto que compõe a carteira de crédito, possibilitando a emissão de relatórios sobre a concentração setorial e a validação das principais informações dos sistemas onde se originam os registros das operações da espécie, entre outros. De forma complementar, foi implantado um painel de gestão para o citado risco e que abrange os principais indicadores da carteira de crédito, incluindo, a avaliação das condições extremas.

c.4) Gestão de risco operacional - Resolução nº 3.380/06
 A Gazincred adota como critério um conjunto de processos e de rotinas adequados às modalidades operacionais e buscou aprimorar os mecanismos de gestão de risco operacional, investindo em ferramenta de gestão e controle, treinamentos e integração das unidades. Os processos organizacionais relevantes, seus riscos e controles foram mapeados. Iniciamos a inserção dos registros processos, riscos e controles em ferramenta informatizada de gestão, o que possibilitará a formação de uma base de perdas da Sociedade. Para alocação de capital, a Sociedade adota como critério o modelo

básico, método Basic Indicator Approach, BIA.
 c.5) Gestão de risco de mercado - Resolução nº 3.464/07
 A Gazincred procura identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos de mercado que possam gerar perdas para a Sociedade. Esses riscos são decorrentes das flutuações de preços e de taxas de mercado. A Sociedade adota de forma conservadora e não possui outras exposições, além de eventuais descausamentos entre ativos a taxas de juros pré-fixadas e passivos remunerados à taxas de juros flutuantes. Possuímos sistema automatizado, em fase final de homologação e que possibilitará o aprofundamento, ainda maior, de análise do citado risco, acelerando, especialmente, a apuração da exposição, acada existente, de cenários macro-econômicos, visando adoção de medidas prudenciais de proteção aos seus resultados. As posições da Sociedade resumem-se a ativos e passivos decorrentes da atividade comercial da Sociedade e não existem posições especulativas.

c.6) Gerenciamento de capital - Resolução nº 3.988/11
 Define-se como monitoramento e controle do capital mantido pela Sociedade, incluindo a necessidade de capitalização para fazer frente a riscos institucionais, considerando as metas e objetivos estratégicos. A Gazincred projeta seus ativos, passivos e resultados e, por consequência, seus limites operacionais para cinco anos, não detectando necessidade de capitalização adicional compulsória.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da
Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
 Examinamos as demonstrações financeiras da Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
 A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
 Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores
 Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificações, datados em 23 de janeiro de 2014.

Porto Alegre, 18 de abril de 2015
ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP015190/O-6-F-PR
 Darío Ramos da Cunha
 Contador CRC1SP214144/O-1